

# UM DIÁLOGO COM O TEMA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E SUSTENTÁVEL EM SANTA CATARINA

**Hoyêdo Nunes Lins**  
**Universidade Federal de Santa Catarina**  
**e-mail: hnlins@cse.ufsc.br**

## **Resumo**

Nas últimas décadas o plano local ganhou vigor, em diferentes países, como escala de reflexão sobre o desenvolvimento – disseminando-se a expressão “desenvolvimento local e sustentável” – e de suas iniciativas de promoção. Na base disso parecem figurar as mudanças na atuação do Estado, com a descentralização de várias funções públicas, e os estímulos representados pelo desempenho, perante a globalização, de certas áreas com características e atributos mais ou menos peculiares, os dois fatores apresentando-se inter-relacionados. O artigo desenvolve essas questões e, posteriormente, aborda uma experiência de promoção do desenvolvimento local e sustentável no Oeste de Santa Catarina, uma área com claro predomínio da agroindústria e às voltas com inquietantes problemas socioeconômicos e ambientais.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento local e sustentável; Santa Catarina; região Oeste

## **1. Introdução**

Planejar e promover o desenvolvimento sócio-espacial figuram entre as atribuições “clássicas” do Estado. Essas funções ganharam impulso e maior visibilidade logo após a Segunda Guerra Mundial, no caudal das transformações socioeconômicas e políticas que marcaram aquele período. O avanço refletiu o entendimento de que, tendo em vista que o crescimento econômico no capitalismo implica desigualdades, políticas de desenvolvimento com componentes geográficos explícitos são imprescindíveis. Assim, nos anos de grande dinamismo econômico do Segundo Pós-Guerra, em diferentes países procurava-se atuar, no que concerne à formulação de políticas, no marco de uma relação coerente entre objetivos nacionais de desenvolvimento e processos/iniciativas em escala local-regional (FRIEDMANN, 1966).

Nas últimas décadas, entretanto, as atividades ligadas ao planejamento e à promoção do desenvolvimento sócio-espacial registraram consideráveis mudanças. Nesse processo, a dimensão local despontou nas correspondentes liturgias como uma escala privilegiada de atuação, ao mesmo tempo em que a expressão “desenvolvimento local”, geralmente acompanhada do adjetivo “sustentável”, ganhou terreno no associado debate, como sugere a ampla produção

técnica e acadêmica voltada ao tema. Note-se que o vocábulo “local” corresponde à idéia seja de lugar, seja de região. Desse modo, é noção que se apresenta como relacional: a perspectiva com espaços maiores (uma nação, um estado federado) é essencial à sua idealização e ao seu reconhecimento (ALABAGLI, 1998). De outra parte, na adjetivação ao desenvolvimento, “local” freqüentemente aparece como sinônimo de “endógeno”. Vásquez Barquero (2001) é claro sobre isso: “[q]uando se fala de desenvolvimento local, está-se fazendo referência a processos de desenvolvimento endógeno (...).” (p. 57, nota 6). Quanto ao sentido de “endógeno”, trata-se do que perpassa a idéia segundo a qual, “em última análise, são as iniciativas e o controle exercidos pelos atores locais e a sociedade civil, através de suas respostas estratégicas, que contribuem para os processos de transformação de cidades e regiões.” (Op cit., p. 10).

A dimensão local do desenvolvimento é o objeto geral deste artigo. Os objetivos são, todavia, bem delimitados. De um lado pretende-se argumentar que o fortalecimento dessa escala resultou de pelo menos dois fatores: as mudanças no funcionamento do Estado, de um modo amplo, e o destaque adquirido por estruturas sócio-produtivas local-regionais que, com dinamismos caudatários de histórias e atributos próprios, mostram níveis de desempenho e competitividade merecedores de atenção. De outro lado, almeja-se descrever um tipo de iniciativa, protagonizada no Oeste do Estado de Santa Catarina, que pode ser considerada uma experiência imbuída de aspirações de desenvolvimento local e sustentável.

## **2. Descentralização das funções públicas e prestígio do desenvolvimento local e sustentável**

Nas últimas décadas, as práticas de planejamento e promoção do desenvolvimento sócio-espacial vinculadas às estruturas dos governos nacionais perderam terreno em diferentes países, mesmo nos mais centralizados em termos político-administrativos. Em seu lugar apareceram (e/ou se fortaleceram) variadas combinações de iniciativas, “não somente entre o Estado e as coletividades territoriais, (...) mas também entre o setor público e o setor privado” (GAUDEMAR, 1989, p. 277). Essa tendência inseriu-se em amplas alterações na forma de atuar do Estado, destacando-se a descentralização das funções públicas.

Essas mudanças na atuação do Estado têm relação com a crise, agravada no final dos anos 1970, do modo de regulação macroeconômica que caracterizou o modelo de desenvolvimento vigente em diversos países industrializados após a Segunda Guerra Mundial. Tal modelo foi designado “fordista” por autores ligados à Escola da Regulação (BOYER, 1987, por exemplo) e

foi considerado o alicerce básico da grande expansão econômica daquele período (GLYN et al., 1990). À reboque dessa crise de regulação, ela própria um aspecto maior do esgotamento do modelo “fordista”, o Estado central passou a se distanciar de problemas envolvendo educação, saúde e cobertura aos desempregados, privilegiados durante o crescimento econômico do pós-guerra, e teve cada vez mais evidenciada a sua, por assim dizer, “função empresarial” (AMABLE; PETIT, 1998).

O afastamento do Estado em relação às atividades enfeixadas na “relação salarial”, para usar o léxico da Teoria da Regulação, e a intensificação da sua “função empresarial” refletiram a lógica neoliberal crescentemente impregnada na atmosfera política e ideológica desde o final dos anos 1970. O neoliberalismo, cujos agentes “sacralizam o poder dos mercados em nome da eficiência econômica (...)” (BOURDIEU, 1998, p. 3), apresenta-se simultaneamente como uma teoria, um programa científico e um programa político cujo alvo é a eliminação sistemática das instâncias coletivas. Daí que nos correspondentes desenhos de política os direitos sociais tendem a ser subordinados à razão competitiva, o que ganhou tinturas de “regime globalitário” (RAMONET, 1997) pelo fato de os apóstolos do neoliberalismo raramente admitirem inclinações dissonantes. Esse “regime globalitário” adquiriu corpo em meio a uma progressiva construção de hegemonia – política, ideológica, intelectual – iniciada já no Segundo Pós-Guerra (GEORGE, 1996).

Com as transformações na forma de atuar do Estado, às vezes assimiladas ao gradual surgimento de um Estado “pós-fordista” (JESSOP, 1994), várias funções públicas foram transferidas para menores níveis geográficos de atuação institucional. Uma verdadeira descentralização político-administrativa em termos espaciais tomou forma, de fato, em diferentes países, cujos aspectos principais podem ser vistos no Quadro 1, que mostra a sistematização efetuada por Moulaert, Swyngedouw e Wilson (1988). Como se observa, medidas historicamente implementadas na escala de operações do Estado nacional deixaram de ocorrer ou tornaram-se rarefeitas nesse nível: ações vinculadas ao trabalho assalariado e, no tocante à intervenção direta na atividade econômica, que concernem aos investimentos sociais físicos e ao planejamento. Já em relação às negociações supra-nacionais, o menor envolvimento daquela escala incide nas questões de cooperação econômica, também deslocadas para domínios regionais e locais de decisão. O ponto de interrogação grafado no âmbito local para a função de organizar o sistema de seguridade social espelha o fato de que, apesar dessa tarefa não pertencer ao universo das

decisões locais, o poder público nesta escala pode assegurar e operacionalizar o usufruto de direitos sociais específicos às estruturas locais. Vale indicar que, não obstante as especificidades político-administrativas de cada caso nacional, diversos países europeus passaram a ostentar tal nível de descentralização como norma. Em vários deles, com efeito, “o direito comum (...) é o da *démarche* local e das autoridades regionais” (RÉMOND, 2001, p. 27). De outra parte, a interrogação marcada nas esferas regional e local para o item “racionalização do capital tradicional”, no quadro, traduz a percepção de que, em regra, o papel do Estado nesses planos de decisão permanece pouco claro.

### Quadro 1: Descentralização das funções do Estado no “pós-fordismo”

Níveis de tomada de decisão política	Nacional	Regional	Local
Funções do Estado em relação à vida econômica			
<u>Relações ligadas ao trabalho assalariado</u>			
- negociação coletiva	-	+	+
- (co)organização do sistema de seguridade social	-	+	?
<u>Intervenção direta na atividade econômica</u>			
- promoção do capital inovativo	+	+	+
- racionalização do capital tradicional	+	?	?
- investimentos sociais físicos			
. complementares	-	+	+
. discricionários	-	+	+
- planejamento indicativo	-	+	+
<u>Negociação supranacional sobre:</u>			
- sistema financeiro/monetário internacional	+ -		
- cooperação econômica (ex.: invest. diretos, <i>joint ventures</i> )	-	+	+

Fonte: Moulaert, Swyngedouw e Wilson (1988), p. 21

Obs.: +: mais importante no pós-fordismo; -: menos importante no pós-fordismo; + -: igual importância no pós-fordismo

Como se observa, as escalas regional e local de ação pública tiveram ampliado o seu envolvimento na promoção do desenvolvimento. Em termos gerais, houve enfraquecimento e/ou desaparecimento de ações costumeiramente protagonizadas no plano nacional, e surgimento e/ou fortalecimento das que correspondem às escalas territoriais de operação. Cabe assinalar que este plano de atuação pública possui hoje destaque, por exemplo, nas propostas de instituições como a Organização das Nações Unidas: mudar o foco das iniciativas de promoção para o nível local, envolvendo o uso do conhecimento (tecnológico, por exemplo) já adquirido ou a realização de parcerias, com realce para a órbita institucional, foi a mensagem básica do Secretário Geral

daquele órgão em manifestação sobre o desenvolvimento sustentável pouco tempo atrás (JUMA, 2002). Quer dizer, a descentralização das ações promotoras do desenvolvimento e a afirmação do plano local como esfera para tais ações adquiriram contornos de quase paradigma.

Assinale-se todavia que falar de “prestígio” recente não significa dizer que a escala local esteve ausente até então. Já nos anos 1970, Friedmann e Weaver (1979) sugeriam, para sociedades agrárias pobres às voltas com as ameaças de uma economia mundial dominada por empresas transnacionais, a alternativa de um “desenvolvimento agropolitano” focando as necessidades básicas da população. Esse desenvolvimento seria canalizado por estruturas territoriais na forma de “distritos agropolitanos” (representando escala menor do que a regional), que se anunciavam como instâncias de interpenetração de três espaços abstratos: o cultural, o político e o econômico. Aspecto crucial, pelo que indicavam experiências tanto no mundo mais industrializado quanto em países africanos, asiáticos e sul-americanos, é que o “desenvolvimento agropolitano constrói a [sua] força a partir de dentro, baseado nos seus próprios recursos, nas suas próprias habilidades, descobertas e aprendizagem” (p. 200). O tema da transferência de funções públicas para escalas geográficas menores tem ampla presença no “desenvolvimento agropolitano”: neste está em jogo não só um “desenvolvimento com base territorial, autônomo (...)” (p. 170), mas também “uma medida substancial de autonomia política” (p. 226).

### **3. Aglomerações produtivas especializadas: influência na reflexão sobre o desenvolvimento**

Embora a descentralização das funções públicas ajude a entender a posição galgada pela esfera local nas iniciativas e reflexões sobre o desenvolvimento, uma visão mais abrangente torna-se possível quando se consideram as experiências genericamente identificadas como de “produção flexível”, em aglomerações industriais especializadas. O sucesso de várias dessas estruturas tem influenciado as concepções de política industrial: conforme Bianchi (1997), as políticas de estímulo às empresas de menor porte passaram a ser largamente assimiladas às iniciativas concebidas/implementadas ao nível dessas aglomerações, e essas políticas confundem-se com a promoção do desenvolvimento local.

Sobre o que se está falando, ao referir às aglomerações produtivas especializadas e ao seu desempenho?

Desde a década de 1980, diferentes estruturas local-regionais – principalmente no continente europeu – exibem desempenho econômico tanto mais destacado na medida em que o

contexto no qual operam é de marcada transnacionalização dos circuitos econômicos e de ampla desregulamentação, fontes de desafios. Livro de Piore e Sabel (1984), em que se analisam importantes experiências desse tipo, constitui exemplo de empenho precoce no estudo do tema. Desde então, numerosas pesquisas têm investigado o que se pode genericamente designar como “estrutura urbana e regional ‘pós-fordista’” (ESSER; HIRSCH, 1989), com “regiões ganhadoras” (BENKO; LIPIETZ, 1992) registrando importantes conexões entre “sistemas de produção flexível e desenvolvimento regional” (SCOTT, 1988). Nessa perspectiva, as atenções se voltam às aglomerações de empresas pertencentes a um mesmo setor de atividade, ou a setores conexos, que atuam amparadas por tecidos institucionais “espessos” e “ativos”. Produtos da história, essas estruturas local-regionais representam importantes economias externas para os agentes que as integram. Isso decorre da própria situação de proximidade e de relações face-a-face, mostrando-se as externalidades como um traço incidental, logo independente de vontade, dos referidos aglomerados. Quando ocorrem iniciativas conjuntas em torno de interesses e objetivos comuns, envolvendo ações deliberadas (realmente intencionais) de cunho cooperativo, diz-se que constituem mais do que simples aglomerações produtivas. Seriam *distritos industriais*, quer dizer, aglomerados em que há “eficiência coletiva” (SCHMITZ, 1995).

Diferentes estudos (BECATTINI, 1992, e RABELLOTTI, 1995, entre outros) informam sobre o perfil padrão de um *distrito industrial*. Além dos já indicados – caráter de aglomerado, tecido institucional e “eficiência coletiva” –, os traços englobam desverticalização produtiva, com tendência à especialização das firmas em etapas dos processos produtivos; relações interfirmas a montante e a jusante, de cunho mercantil ou não e simultaneamente competitivas e cooperativas; serviços de apoio especializados; e identidade sócio-cultural, de base histórica e impregnada na coletividade, favorecendo as inter-relações e as condutas pela manutenção das condições locais (aspectos como reciprocidade e confiança mútua vinculam-se a isso).

Essas características, principalmente as relativas à cooperação, tendem a facilitar a difusão do conhecimento nos aglomerados, fortalecendo a aprendizagem e impulsionando a inovação. De acordo com literatura inspirada na idéia de *economia de aprendizagem* (LUNDVALL; BORRÁS, 1997), esse é o caso sobretudo quando as áreas em questão apresentam-se como *regiões de aprendizagem*, onde processos de aprendizagem permeados por fortes interações beneficiam-se de importantes suportes institucionais (LANDABASO; OUGHTON; MORGAN, 1999). Atributos como esses parecem favorecer o que Bellandi (1992) define como “criatividade

industrial descentralizada”, fonte de soluções originais para diversos tipos de problemas, no âmbito da produção, com base no conhecimento (sobretudo tácito) existente.

A noção de *território* cumpre importante papel nessa reflexão. Qual o seu conteúdo? Para Garofoli (1993), a palavra *território* evoca “uma aglomeração de relações sociais (...) [e o] lugar onde a cultura local e outros aspectos locais não transferíveis se sedimentaram [ao longo do tempo]” (p. 24), e Lung (1998) associa o termo a “um ‘construto de ações coletivas’ em torno de regras comuns, de codificação do compartilhamento de atividades (...)” (p. 15). Além dos *distritos industriais*, também na idéia de *região de aprendizagem* o *território* possui realce. Salienta-se nessa perspectiva que “o sucesso econômico regional é fortemente baseado em recursos definidos territorialmente, derivados de atributos de conhecimento e cognitivos ‘únicos’, freqüentemente tácitos (...)” (HUDSON, 1999, p. 64). Note-se que o *território* exibe destaque analítico esteja a observação focada nas atividades industriais, como prevalece na maioria dos estudos, ou em atividades rurais, em derivação onde se notam os estudos sobre *sistemas agroalimentares localizados* (REQUIER-DESJARDINS, 2002). Merece também ênfase a recorrente alusão ao caráter “único” dos *territórios*, algo que remete às especificidades modeladas historicamente e aos resultados das combinações entre processos gerais (em curso nos níveis nacional e mundial) e particularidades locais (MASSEY, 1984; SCOTT; STORPER, 1986).

O *território* emerge, assim, como esfera por excelência para a observação do “enraizamento” proposto por Granovetter (1985), noção pela qual se considera que as ações deliberadas dos atores sociais mostram-se sempre “enraizadas nos existentes sistemas de relações sociais concretas” (p. 487). Mas o *território* é também esfera de reconhecimento do *habitus* – quer dizer, da “subjetividade socializada” – discutido por Bourdieu (1997, 2002), para quem, não obstante ser o agente social um “indivíduo coletivo (...) pelo fato da incorporação” (BOURDIEU, 1997, p. 62), ele tem preservada a “sua verdade de operador prático de construções de objeto” (Bourdieu, 2002, p. 62). Assim, os *territórios*, com os sistemas de produção e as relações sociais que historicamente lhes dão identidade, delimitam e condicionam os comportamentos dos atores, mas estes, nas suas condutas, exibem espontaneidade e uma razão prática, quer dizer, voluntarismo.

Essa combinação de “enraizamento” e voluntarismo integra o cerne do debate sobre desenvolvimento local e sustentável com base em estudos sobre aglomerações produtivas. Se,

diante da globalização avassaladora, alguns locais se saem melhor do que outros, os atributos dos bem sucedidos – aí incluídos os níveis de mobilização social alcançados – figuram entre os principais elementos a serem destacados nas considerações sobre o desenvolvimento. Entre esses elementos desponta a participação efetiva e estratégica dos agentes locais (os próprios alvos das medidas de promoção) no reconhecimento dos problemas, na sua hierarquização e na proposição de medidas, assim como no planejamento e na implementação das ações. Essa “nova” dimensão – distinta, por exemplo, do que propõe o enfoque dos “pólos de crescimento” (PERROUX, 1967), não captada pela teorização em termos de “circuitos de ramo” (LIPIETZ, 1983) e tampouco contemplada pela analogia geológica de Massey (1984), que fala de “camadas” [*layers*] de investimentos “depositadas” no curso da história – tem sido referida, desde os anos 1980, por meio de expressões como desenvolvimento “local” ou “endógeno” (LIPIETZ, 2002) e “industrialização difusa” (PECQUEUR; SILVA, 1989).

Interessa salientar que as experiências bem sucedidas de aglomerações produtivas, em países ricos (SCHMITZ; MUSYCK, 1994) ou não (NADVI; SCHMITZ, 1994), contribuíram para que a esfera local adquirisse destaque como referência na reflexão sobre o desenvolvimento e na sua promoção (VÁZQUEZ BARQUERO, 1995). Na base desse realce figura o reconhecimento de que as instituições que integram essas aglomerações tendem a atuar em maior sintonia com as necessidades locais. Outro aspecto é que, pelo que a globalização representa como avalanche de uma mercantilização sem atenuantes, a dimensão local – mais propícia às relações permeadas de um maior compartilhamento de regras e valores – é a que parece acenar com um desenvolvimento em “escala humana”, na opinião esperançosa de Coraggio (2000).

Seja como for, a atuação do setor público é sempre primordial, estimulando a mobilização dos atores e a cultura da negociação e favorecendo a difusão de conhecimentos e *best practices* (LIPIETZ, 2001). Este aspecto é decisivo, pois o “local é sempre um ‘lugar político’ onde o desenvolvimento se realiza graças a um (...) grupo social catalisador das potencialidades locais” (LIPIETZ, 2002). Assim, os resultados obtidos não são independentes das escolhas dos grupos de atores sociais territorializados quanto aos “modelos de desenvolvimento” (LEBORGNE; LIPIETZ, 1990). Portanto, em última análise, é a política que modela as ações que concorrem para promover o desenvolvimento.

\* \* \*



Em resumo, a descentralização de funções do Estado e a visibilidade alcançada por certas dinâmicas produtivas localizadas contribuíram para outorgar ao nível local uma considerável expressão na abordagem do desenvolvimento. Esses vetores mostram-se interdependentes: a descentralização é encorajada pelos resultados em nível de aglomerado – se o dinamismo emerge de atributos principalmente locais, é o plano territorial de intervenção que deve ser priorizado –, e a performance localizada revela-se estimulada por ações públicas voltadas às necessidades do tecido produtivo local. Cabe assinalar que a descentralização dos instrumentos de promoção do desenvolvimento não tardou a ser propugnada na América Latina. No âmbito da CEPAL, nos anos 1990, a *idéia-força* presente na fórmula “transformação produtiva com equidade e sustentabilidade” tinha como referência básica a “descentralização, particularmente a descentralização territorial, (...) [considerada] uma condição *necessária* para o alcance da transformação produtiva, da equidade e da sustentabilidade (...).” (BOISIER et al., 1992, p. 7-8 – em itálico no original). Como se nota, é difícil não admitir que uma nova ortodoxia sobre o desenvolvimento ganhou terreno.

#### **4. Em busca do desenvolvimento local e sustentável no Oeste de Santa Catarina**

Esta seção explora o tema do desenvolvimento local em termos concretos. A atenção se dirige a uma experiência no Oeste de Santa Catarina, onde a estrutura produtiva é largamente agroindustrial, envolvendo sobretudo criação e abate/processamento de suínos e aves, atividades que outorgam considerável destaque àquela região. Chapecó, sede de município cuja população total era de quase 147 mil habitantes em 2000 – 92% dos quais em meio urbano –, sobressai na rede urbana regional. O grau de urbanização desse município contrasta com o da Microrregião de Chapecó: para 2000, a média ponderada da participação das populações urbanas nas populações totais dos municípios que formam a microrregião não ultrapassa 36%.

##### **4.1 Contexto: crise regional e refluxo do planejamento centralizado**

A exploração do tema referente ao desenvolvimento local em Santa Catarina poderia focar, em vez do Oeste, regiões setorialmente especializadas, com grande presença industrial. A configuração dessas regiões reflete a história da ocupação – destacando-se as sucessivas levas migratórias desde a Europa a partir do começo do século XIX, precedidas do fluxo açoriano-madeirense no século XVIII – e a evolução da economia. Para mencionar alguns traços mais

salientes, o Vale do Itajaí assistiu à modelagem de um aglomerado têxtil-vestuarista centrado em Blumenau, o Norte-Nordeste concentrou atividades metal-mecânicas (em Joinville e em Jaraguá do Sul) e moveleiras (principalmente em São Bento do Sul) e o Sul (Criciúma em primeiro lugar) tornou-se reduto de importante produção cerâmica de pisos e azulejos. Todavia essas realidades têm sido pesquisadas com certa frequência, e o Oeste, cuja ocupação efetiva começou apenas no início do século XX, parece ter sido menos estudado, embora alguns trabalhos sobre a região possam ser encontrados (SANTOS Fº et al., 1999, por exemplo).

Ora, nas últimas décadas, essa área registrou mudanças que têm ensejado, em diferentes abordagens sobre a sua realidade, o uso da expressão “crise regional”. Por exemplo, pesquisa de 1999 em 13 municípios da região, envolvendo entrevistas com 80 atores – representando os setores público e privado –, constatou prevalecer o entendimento de que o Oeste amargava uma grave crise no umbral do século XXI (THEIS; NODARI, 2000). De fato, diagnósticos regionais informam que o Oeste vivencia quadro de grandes problemas, fruto principalmente dos impasses da agroindústria de suínos e aves, historicamente escorada na integração entre grandes empresas de abate e processamento e a produção agrícola familiar. As transformações nesse sistema envolvem a “diminuição na quantidade de produtores rurais integrados a cada empresa, simultaneamente ao aumento de capacidade dos contingentes que permanecem vinculados às agroindústrias” (MATTEI; LINS, 2001, p. 37).

Em conseqüência, espelhando também a presença de outros fatores (TESTA et al., 1996), observa-se tendência de emigração da população rural. Isso faz aparecerem como importantes manifestações da crise o abandono de áreas e o conseqüente processo de esvaziamento em alguns municípios (CARACTERIZAÇÃO..., 2000), na esteira de uma marcada redução do número de pequenas propriedades rurais (cuja presença é traço histórico na região). Agrega-se a esse problema o dramático comprometimento de mananciais de água em vários locais, um resultado da grande concentração da suinocultura – que em algumas áreas ultrapassa largamente os padrões internacionais – e das deploráveis carências de infra-estrutura. Em diferentes períodos da década de 1990 a situação tornou-se ainda mais alarmante devido ao que se identificou (não sem algum exagero) como uma desindustrialização regional: grandes empresas locais (a Perdigão é um exemplo) abriram novas capacidades de processamento em outros estados, em especial na Região Centro-Oeste, por conta da atração exercida, entre outras coisas, pelos incentivos fiscais (HELFLAND; REZENDE, 1998).

Daí não surpreender o fato de, no Oeste catarinense, os indicadores de desenvolvimento serem consideravelmente inferiores à média de Santa Catarina. Alguns dados sobre a Microrregião de Chapecó para o ano 2000, extraídos do *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil* (ATLAS..., 2003), permitem observar as discrepâncias (Tabela 1).

Tudo isso torna o Oeste merecedor de atenção numa abordagem sobre desenvolvimento local e sustentável em Santa Catarina. A presença de atributos que autorizam o uso do termo “território” amplia esse interesse. Realmente, essa região exhibe uma enraizada e generalizada cultura rural que, fortalecida ao longo de gerações, expressa-se num elevado número de propriedades dedicadas tanto à criação de suínos e aves quanto ao cultivo de grãos, e na atuação de algumas importantes instituições. Não admira, assim, que as empresas agroindustriais pioneiras tenham se aproveitado das “características culturais da região para implantar o sistema de parceria produtor-indústria” (THEIS; NODARI, 2000, p. 24), o qual se tornou um traço a mais do “território” do Oeste, adicionando-se à “identidade” regional e contribuindo para a modelagem desta. Pode-se considerar que tal “identidade” foi também afetada pela percepção, algo difusa porém reiteradamente manifestada no discurso político local, de que a região tem sofrido descaso por parte do governo estadual.

**Tabela 1: Microrregião de Chapecó e Santa Catarina: indicadores de desenvolvimento – 2000**

Indicadores	Micror-região de Chapecó	Santa Catarina
Renda per capita (R\$)	232,73	348,72
Porcentagem de pessoas pobres	29,02	16,24
Nível de mortalidade até 1 ano de idade	17,67	16,79
Porcentagem de pessoas vivendo em domicílios c/ banheiro e água encanada	75,99	91,73
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	0,786	0,822

Fonte: Atlas...(2003)

Obs.: os dados para a Microrregião de Chapecó são médias ponderadas dos relativos aos municípios que a integram

Esse é o contexto das iniciativas de promoção de desenvolvimento, emanadas da própria região, que o Oeste registra pelo menos desde os anos 1980. Assinale-se que têm sido poucas as alternativas às ações nesse plano, pois Santa Catarina amargou uma verdadeira atrofia das atividades de planejamento e estímulo ao desenvolvimento protagonizadas em escala de governo estadual desde aquele período, quando se modificou a orientação desenvolvimentista que

caracterizara as sucessivas administrações a partir da década de 1950. Esse refluxo reverberou tendências mais amplas – nos âmbitos nacional e internacional, em pleno turbilhão neoliberal – e refletiu a deterioração das condições econômicas gerais do Brasil nos anos 1980. Em Santa Catarina, representou alteração da trajetória de tentativas de promoção do desenvolvimento local-regional que, desde os anos 1960, abrangiam incentivos à instalação de novas fábricas (DESENVOLVIMENTO..., 1973) e a atração de investimentos com origem extra-estadual (VANTAGENS..., 1974), com implicações inclusive para o Oeste catarinense (SANTA CATARINA..., 1968).

É verdade que as dificuldades não impediram, por exemplo, a elaboração descentralizada de um plano de governo e a realização de estudos para instruir tanto a *Política de Desenvolvimento Regional e Urbano para Santa Catarina* (SANTA CATARINA..., 1981) como o *Programa Integrado de Desenvolvimento Sócio Econômico – PIDSE*. Contudo, essas iniciativas não tiveram desdobramentos conseqüentes, e os grandes desafios incrustados nas mudanças da década de 1990 não receberam respostas à altura na ação estadual. Ao contrário, o que se observou foi “descontinuidade administrativa [que] provocou o enfraquecimento da estrutura organizacional e a desarticulação das equipes técnicas de planejamento, prejudicando a eficiência governamental nesta área” (SIEBERT, 2001, p. 143). Registre-se que tal quadro não representou exceção no Brasil, nos anos 1980 – em meio à generalizada contração de recursos (HADDAD, 1989) – ou nos 1990 – com a crise das instituições regionais de promoção do desenvolvimento (CANO, 1994) –, quando se agravaram as condições para o planejamento (GALVÃO; BRANDÃO, 2003).

Em Santa Catarina, esse contexto ensejou algumas iniciativas em escala local-regional. Foi o que se observou nas Associações de Municípios – “entidades (...) que visam à integração administrativa, econômica e social dos municípios (...)” (SANTA CATARINA..., 1986, p. 14) –, criadas progressivamente desde o início dos anos 1960 e com um certo envolvimento (em alguns casos) na promoção regional (MARCON; MARQUES, 2001). Outro tipo de ator, com atuação justaposta à das Associações de Municípios, refere-se aos Fóruns Regionais de Desenvolvimento. Instalados no âmbito do Fórum Catarinense de Desenvolvimento (instituição não governamental originada de iniciativa conjunta público-privada), em operações coordenadas pela Agência FORUMCAT (braço operacional desse Fórum estadual), os Fóruns Regionais são organizações que objetivam “congregar as instituições para o desenvolvimento regional”, “estimular a

integração público/privada”, “promover o debate das questões do desenvolvimento local/regional” e “fortalecer e aperfeiçoar as organizações locais e a cidadania”<sup>1</sup>. A órbita institucional a que se refere a experiência de promoção do desenvolvimento local abordada posteriormente corresponde aos Fóruns Regionais de Desenvolvimento. Trata-se, especificamente, da que concerne ao Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC).

Deve-se assinalar que desde o início de 2003, com a posse do governo estadual em exercício, na sua primeira gestão, está em curso uma tentativa de administração pública descentralizada por meio da criação de dezenas de Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDR), acompanhadas, nas suas atividades, do funcionamento de Conselhos de Desenvolvimento Regional. Algumas (parcas) informações disponíveis sobre essa experiência, em termos de avaliação de dos resultados e desdobramentos, dão conta de que não faltam problemas no funcionamento de várias dessas secretarias. Com efeito,

em muitas regiões o trabalho ficou prejudicado pelo não reconhecimento do Conselho [de Desenvolvimento Regional] como um órgão de representatividade dos interesses da região, pois as SDRs não foram constituídas e articuladas pelas ‘bases’ (*botton-up*) e nem se respeitou a divisão geopolítica já existente no Estado (...) [vinculada ao recorte espacial das associações municipais]. (GOEDERT, 2005, p. 376)

#### **4.2 Promoção do desenvolvimento local e sustentável no FDRI da AMOSC**

Primeira iniciativa institucional do gênero (até onde se consegue perceber) implementada em Santa Catarina, o Fórum de Desenvolvimento Regional Integrado (FDRI) da AMOSC congrega, historicamente, mais de cem entidades públicas e privadas. Observa-se a presença de: instituições federais e estaduais, instituições empresariais, instituições públicas de alcance municipal, organismos de apoio às empresas, agroindústrias e cooperativas agroindustriais, organizações de trabalhadores, organizações não governamentais e universidade regional. Sua área de abrangência compreende 20 municípios – consiste num segmento da Microrregião de Chapecó – e abriga uma população total de aproximadamente 250.000 pessoas. Sua criação resultou do I Seminário sobre Planejamento e Desenvolvimento Regional, realizado em Chapecó em 1995 com base no entendimento de numerosos atores sobre a gravidade dos problemas regionais e a urgência de medidas de equacionamento coordenadas e eficazes.

---

<sup>1</sup> Conforme informações disponíveis em [www.iel-sc.com.br/forumcat/foruns.htm](http://www.iel-sc.com.br/forumcat/foruns.htm).

Frente ao quadro de dificuldades, o FDRI surgiu como resposta institucional que ganhou vigor com a criação, no seu âmbito, do SAGA Instituto de Desenvolvimento Regional, uma agência de desenvolvimento – a primeira desse tipo criada em Santa Catarina, entre as que se encontram em operação atualmente – que consiste no braço operacional do Fórum. Os objetivos do SAGA englobam a integração das entidades representantes das organizações sociais e econômicas da AMOSC, o planejamento e a implementação de iniciativas estratégicas para o desenvolvimento regional, o incentivo a diferentes atividades econômicas e a elaboração e programação de políticas econômicas e sociais. Conforme captado em entrevista efetuada pelo autor com o Diretor-Presidente da agência, uma viagem realizada por prefeitos da AMOSC a alguns países europeus em meados dos anos 1990 foi determinante para a criação do FDRI e para a orientação das suas atividades por meio do SAGA. O contato com experiências de promoção do desenvolvimento local-regional, principalmente na chamada *Terza Itália*, resultou na contratação dos serviços de uma instituição conhecida como Nomisma, de Bologna, para a elaboração de um plano com alternativas de desenvolvimento para a região da AMOSC.

Assim, o que se procurou realizar na região estaria a refletir a influência, com as adaptações que as peculiaridades locais demandam, de experiências de estímulo ao desenvolvimento observadas internacionalmente, sobretudo na Europa. O próprio discurso institucional sobre o assunto espelha tal influência. Na Carta de Chapecó (CARTA..., 2001), considerada documento oficial do 1º Encontro Internacional sobre Desenvolvimento Local e Sustentável – realizado naquela cidade em agosto de 2001 com participantes de vários países –, é nítida a influência da visão sobre desenvolvimento que costuma prevalecer entre os defensores da dimensão local como estratégica para impulsionar o desenvolvimento. Naquele encontro, as anunciadas premissas para a definição de uma agenda sobre o tema foram as seguintes:

As identidades locais são reforçadas cada vez mais pelo fenômeno da globalização, e **as regiões passam a ser o espaço territorial** com escala para superação dos problemas e aproveitamento das oportunidades advindas do processo.

Desenvolvimento regional e sustentável significa buscar a **QUALIDADE DE VIDA NA REGIÃO**, (...) medida em quatro dimensões: **HUMANA, SOCIAL, ECONÔMICA E AMBIENTAL**.

São fatores essenciais para o desenvolvimento regional e sustentável: a postura ética, a consciência ecológica e a política de negociação. A sinergia entre esses fatores chama-se desenvolvimento negociado. Só há efetivo desenvolvimento se houver o **DESENVOLVIMENTO NEGOCIADO**.

O mercado por si não soluciona os problemas de desigualdade. É necessário um processo de intervenção. (...) É fundamental que haja um **PROCESSO ESTRATÉGICO DE INTERVENÇÃO REGIONAL** para a promoção do desenvolvimento (...). A seleção natural darwiniana ou “da luta” deve ser substituída pela promoção da ajuda mútua. (CARTA..., 2001, p. 1 – maiúsculas e negrito no original)

Portanto, o surgimento do FDRI e do SAGA é indissociável do conjunto de providências mencionados anteriormente, tanto assim que vários projetos pertencentes ao plano elaborado pelo Nomisma encontram-se em implementação sob os auspícios do FDRI. Esses projetos, de responsabilidade de diferentes instituições congregadas pelo Fórum Regional, abrangem: consórcio e tutela dos produtos agrícolas regionais; marca regional (“guarda-chuva”) para produtos agrícolas da área; observatório econômico (visando disponibilizar informações de cunho socioeconômico para amparar as ações de promoção do desenvolvimento); impulso e fortalecimento de associações empresariais, mecanismos de incentivos empresariais; núcleo de crédito (implicando a criação de cooperativas de crédito, base da institucionalização do Credioeste); e núcleo de capacitação profissional.

As informações obtidas no SAGA mostram que um dos projetos que mais avançaram refere-se à marca regional (“guarda-chuva”) dos produtos agrícolas, cujo objetivo, essencialmente, é a definição de marcas comerciais para esse tipo de produto. Os correspondentes procedimentos implicam a definição de “disciplinares de produção”, espécies de guias a serem utilizados pelos agentes (agricultores e beneficiadores atuando individualmente ou coletivamente, em cooperativas) desde a produção primária até as etapas de transformação e comercialização. Quando as diretivas são devidamente observadas ao longo da cadeia de atividades, com reflexos na qualidade dos produtos, a marca regional – um exemplo é a marca Castália – pode ser utilizada. Note-se que a marca pertence à agência de desenvolvimento, que sanciona o uso aos produtores. Sob a responsabilidade maior da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), esse projeto havia definido, até o período das entrevistas realizadas pelo autor no SAGA, “disciplinares” para produtos da horticultura (sobretudo o pepino), frutas, derivados da cana de açúcar, derivados de suínos, derivados de leite e mel. O melhor exemplo de iniciativa bem sucedida no âmbito desse projeto, conforme o relato do Diretor-Presidente do SAGA, vinculava-se às atividades de agroindústrias familiares organizadas na forma de cooperativas que produziam derivados de cana-de-açúcar (melado, rapadura e açúcar mascavo).

Outro projeto assinalado dizia respeito aos mecanismos de incentivos empresariais, cuja primeira experiência era uma iniciativa no Município de Quilombo, onde a Prefeitura alocara R\$ 50.000,00 em recursos próprios na instalação de uma cooperativa de produtores e beneficiadores de pepinos. Os agricultores, que antes dessa medida plantavam e vendiam pepinos *in natura* para

empresas industriais, passaram a contar com uma cooperativa equipada com maquinário para beneficiamento – preparação de conservas – e para embalagem em recipientes de vidro. No período da entrevista, as famílias participantes produziam e comercializavam pepinos em conserva com a marca Castália, já mencionada, o que indica um cruzamento entre este projeto, em que a instituição mais fortemente envolvida é a própria AMOSC, e o da marca “guarda-chuva”, conduzido pela EPAGRI. Os bons resultados, segundo o Diretor-Presidente do SAGA, estavam servindo de estímulo à expansão das atividades da cooperativa para outros produtos, como geléia de laranja e doce de uva.

Além desses projetos, o FDRI também desenvolvia os Estudos do Plano Básico de Desenvolvimento Regional, pilotados pela AMOSC. As iniciativas contempladas diziam respeito ao seguinte:

- a) Consórcio Intermunicipal de Saúde (CIS-AMOSC), visando garantir a prestação de serviços de saúde especializados em toda a microrregião por meio das secretarias de saúde municipais;
- b) Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Meio Ambiente (CIDEMA), envolvendo:
  - Programa de Alimentação Municipal, abrangendo assessoria na área de alimentos (merenda escolar, por exemplo);
  - Programa Iberê, de gerenciamento ambiental nas microbacias hidrográficas;
  - Programa Proágua, promovendo o controle de qualidade da água consumida pela população, com monitoramento e proteção de fontes, poços e redes de distribuição;
  - Programa Coopercasa, implicando o incentivo ao desenvolvimento rural com base em industrialização e agregação de valor aos produtos agrícolas.
- c) Credioeste, procurando estimular empreendimentos de pequeno porte e o combate à pobreza pela concessão de micro-crédito para pessoas de baixa renda; esse programa envolvia, além dos municípios da AMOSC, também os da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI) e da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense (AMAUC).

São relevantes as iniciativas desencadeadas no âmbito do FDRI para criar alternativas em região que, tendo em vista as mudanças das últimas décadas, vem amargando escassez de



possibilidades para geração de emprego e renda e de melhores cuidados com o meio ambiente. Mesmo que os resultados, no que concerne aos reflexos econômicos e sociais, sejam heterogêneos, o conjunto de ações representa investida não negligenciável no terreno da promoção descentralizada do desenvolvimento em Santa Catarina. Merecem destaque, em particular, os avanços na mobilização dos atores regionais – governantes, trabalhadores e empresários – em torno de temas de interesse comum na área, como tem sido com a promoção do turismo e os movimentos a respeito da bovinocultura (GOEDERT, 2005). Isso representa um valioso processo de aprendizagem coletiva.

Para além desses aspectos, é importante assinalar que o raio de operações do FDRI e do SAGA transcendeu amplamente os limites da AMOSC. A indicação básica é o seu envolvimento, a partir de 2001, no Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, do governo federal, desdobrado sobre 415 municípios de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, 130 deles em solo catarinense, 238 em terras gaúchas e 47 no lado paranaense. O termo de convênio, firmado entre o Ministério da Integração Nacional e o SAGA, especificava na sua cláusula primeira que o órgão local se encarregaria em toda a mesorregião das atividades de “apoio ao desenvolvimento dos segmentos de turismo rural e agroturismo, ecoturismo e turismo de aventura (...)” (TERMO DE CONVÊNIO..., 2001, p. 1). Além disso, conforme observado por Goedert (2005), o SAGA realizou também convênio com a FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations) para, sob os auspícios do Ministério da Integração Nacional, executar o PRONAGER (Programa Organização Produtiva de Comunidades Pobres) na Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul, implicando os municípios de São Sepé, Dom Feliciano e São José do Norte. E tornou-se ainda, segundo o mesmo autor, responsável pela gerência e execução de projeto referente às agroindústrias rurais em toda a área da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul.

O destacado envolvimento do SAGA em atividades tão abrangentes – representando uma configuração inclusive transfronteiriça das suas atividades –, em detrimento, por exemplo, de órgãos do governo estadual, não deixa de ser algo significativo. Entre outros aspectos, autoriza considerar que o caminho percorrido institucionalmente pela região no que toca à promoção do desenvolvimento local, com aspirações de sustentabilidade, não é desprezível. Aliás, pelo que significa em termos de fortalecimento do tecido institucional regional, o esquema FDRI-SAGA

tem sido apontado como exemplo de cooperação entre organismos regionais (ABRAMOVAY, 2000).

Contudo, percebeu-se na pesquisa de campo a existência de problemas importantes, inclusive de cunho operacional, boa parte dos quais se devia, segundo frisou o Diretor-Presidente do SAGA, à escassa atenção do governo do estado. Por esse motivo, estariam sendo importantes, até aquele momento, as relações pessoais do próprio Diretor-Presidente, um funcionário de carreira da EPAGRI que exercera anteriormente uma função de chefia na capital de Santa Catarina. Esse currículo rendera-lhe relações férteis, assegurando que o SAGA pudesse estar instalado em prédio da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), em Chapecó, que a conta telefônica da entidade fosse paga nesse mesmo sistema de auxílio e que até um carro novo lhe tivesse sido destinado por conta da benevolência de algum órgão da administração estadual. Mas a influência das relações pessoais não se esgotava nisso. A trajetória profissional do Diretor-Presidente, relacionada ao setor agrícola, ajudava a explicar (conforme admitido na própria entrevista) o destaque, entre os projetos desenvolvidos pelo FDRI-SAGA, daquele relativo à marca “guarda-chuva” para produtos agrícolas. Essa trajetória também auxiliava a esclarecer o motivo pelo qual as realizações logradas no projeto de incentivos empresariais envolviam sobretudo a criação de uma cooperativa de agricultores-beneficiadores de produtos hortícolas.

Mas as dificuldades iam além da escassa atenção do governo estadual. Conforme captado por Goedert (2005), havia precariedade tanto no sistema de comunicação entre os integrantes da rede regional de promoção do desenvolvimento quanto no intercâmbio interinstitucional. Uma das razões parecia ser uma rotatividade elevada, comparativamente falando, dos quadros que integram várias das instituições que compõem a rede. Por exemplo, a renovação periódica (por conta das eleições) dos dirigentes nas prefeituras normalmente implica a freqüente necessidade de retomar, desde os primeiros passos, os procedimentos de sensibilização e convencimento dos agentes sobre a importância das iniciativas implementadas sob uma lógica regional e com dimensões regionais, ao invés de somente municipais.

Desse modo, objetivos básicos das atividades de promoção, principalmente para o fortalecimento econômico dos agricultores por meio do encorajamento ao empreendedorismo, têm sido só parcialmente alcançados, como no mencionado exemplo de associativismo-cooperativismo. O tipo de carência em foco dificulta sobretudo uma participação mais

homogênea, no que concerne à intensidade do engajamento e à motivação, dos municípios que integram o espaço de atuação do FDRI-SAGA. A diversidade de condutas é a regra, não sendo poucos os municípios que se lançam por conta própria em iniciativas que seriam melhor protagonizadas sob a condução – ou pelo menos com o apoio técnico-institucional – da agência de desenvolvimento, sugerindo uma atenção voltada muito mais para interesses específicos e individuais do que para o todo<sup>2</sup>. Entre outras coisas, isso revela que o espírito defendido na Carta de Chapecó, fortemente eivado, conforme se indicou, dos sentidos de ajuda mútua e negociação, ainda não foi devidamente “inoculado” na região.

## 5. Considerações finais

Perante as mudanças na forma de atuar do Estado, derivadas de reorientação político-ideológica ou de restrições diversas, e em face tanto das possibilidades oferecidas pelas novas formas de organizar a produção quanto dos desafios relacionados às mudanças econômicas recentes, não foram poucas as regiões que, em diferentes países, procuraram tomar as rédeas do futuro nas próprias mãos e/ou se viram compelidas nesse sentido. Algumas obtiveram mais êxito do que outras, valendo assinalar que as diferenças de possibilidades e resultados constituem, elas mesmas, um instigante tema para investigação. Os melhores resultados parecem derivar de um certo voluntarismo, de uma maior capacidade para arregimentar forças em torno de objetivos mais ou menos comuns, com interações no nível local-regional que favoreçam ações decisivas no trato com as adversidades e na promoção do desenvolvimento. Contudo, os casos de sucesso não devem ser interpretados como evidência de que tudo e qualquer coisa é possível na esfera local-regional.

Os conceitos de *enraizamento* e *habitus*, mencionados anteriormente, possibilitam considerar esse último aspecto. Os correspondentes autores (Granovetter e Bourdieu, pela ordem) consideram a existência de uma razão prática – quer dizer, de uma intencionalidade ou de um protagonismo – que reflete a disposição de atuar dos agentes sociais, mas isto sempre ocorre sob a “coerção” de uma estrutura de relações, sempre conforme ao que foi plasmado no curso da história. As iniciativas promovidas na esfera do FDRI-SAGA denotam algum voluntarismo e uma certa capacidade de ação coletiva, mas o alcance e o perfil das ações implementadas

---

<sup>2</sup> Essa questão foi mencionada pelo Diretor-Presidente do SAGA em palestra proferida no seminário intitulado “Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local: Entraves e Propostas de Políticas Públicas para o Fortalecimento do Desenvolvimento Local”, realizado em Florianópolis em julho de 2005.

refletem as estruturas de relações nas quais os atores participantes encontram-se imersos: suas capacidades de percepção e avaliação foram produzidas por histórias ao mesmo tempo coletivas e individuais, revelando-se portanto “enraizadas” nestas. Cabe salientar igualmente que as margens de manobra no plano local são estreitas, pois os processos gerais (vinculados à economia mundial e à situação econômica do país, por exemplo) nunca deixam de condicionar muito, talvez quase tudo, do que ocorre em qualquer escala sócio-espacial. Em outros termos, a “governança” local-regional apresenta alcance forçosamente limitado.

Assim, não se trata, nos argumentos em favor do desenvolvimento local e sustentável, de pretender qualquer condição de autonomia, de considerar esse desenvolvimento como refratário aos impulsos emanados de níveis mais amplos de relações econômicas. Certos movimentos podem ser ensaiados localmente, e com algum sucesso, mas o seu escopo esbarra nos limites necessariamente impostos pelas estruturas mais abrangentes. Ainda assim, a via em questão merece ser explorada. Desde que as ações sejam despidas de ingenuidade – observada, por exemplo, quando se considera que o envolvimento popular localizado representa providência suficiente para suplantar as adversidades amargadas –, não há porque não considerar que iniciativas nesse nível podem resultar em melhores condições de vida para alguns contingentes mais necessitados. Ora, isto em si mesmo justifica o esforço da tentativa.

### **Referências Bibliográficas**

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v. 4, n. 2, p. 379-397, 2000.
- ALBAGLI, S. **Globalização e espacialidade: o novo papel do local**. Rio de Janeiro, IE-UFRJ. Projeto: Globalização e Inovação Localizada: Experiências de Sistemas Locais no Âmbito do Mercosul e Proposições de Políticas de C&T. Nota Técnica 04-98. Mar. 1998.
- AMABLE, B., PETIT, P. Ajustamento estrutural e política industrial: uma abordagem regulacionista. In: THÉRET, B., BRAGA, J. C. de S. (orgs.). **Regulação econômica e globalização**. Campinas: UNICAMP-IE, 1998, p. 351-391.
- ATLAS de Desenvolvimento Humano do Brasil. Brasília: PNUD/IPEA/FJP, 2003. Obtido em [www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br). Acesso em abr. 2005.
- BECCATINI, G. Le district industriel: milieu créatif. **Espaces et Sociétés**, n. 66-67, p. 147-163, 1992.
- BELLANDI, M. The incentives to decentralized industrial creativity in local systems of small firms. **Revue d’Economie Industrielle**, n. 59, p. 99-110, 1er trim. 1992.
- BENKO, G., LIPIETZ, A. (eds.). **Les régions qui gagnent**. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.
- BIANCHI, P. **Industrial policy initiatives in support of small and medium-scale industry: impact of changes in industrial structure and integration on SMI clusters**. SEMINAR ON

- NEW TRENDS AND CHALLENGES IN INDUSTRIAL POLICY, Oct. 1997, Vienna: UNIDO.
- BOISIER, S. et. al. La descentralización: el eslabon perdido de la cadena transformación productiva con equidad y sustentabilidad. **Cuadernos del ILPES**, n. 36, CEPAL-ILPES, 1992.
- BOURDIEU, P. Le champ économique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n. 119, p. 48-66, Sep. 1997.
- BOURDIEU, P. L'essence du néolibéralisme. **Le Monde Diplomatique**, n. 528, p. 3, Mars 1998.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BOYER, R. **La théorie de la régulation: une analyse critique**. Paris: La Découverte, 1987.
- CANO, W. Perspectivas para a questão regional no Brasil. **Ensaio FEE**, v.15, n. 2, p. 312-320, 1994.
- CARACTERIZAÇÃO e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Sul/IPEA/IBGE/UNICAMP/IE/NESUR/IPARDES. Brasília: IPEA, 2000.
- CARTA de Chapecó. I Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Local e Sustentável, Fórum Catarinense de Desenvolvimento, Chapecó, UNOESC, SBT/SC, SEBRAE Nacional, ago. 2001.
- CORAGGIO, J. L. **La relevancia del desarrollo regional en un mundo globalizado**. SEMINARIO TALLER INTERNACIONAL: CULTURA Y DESARROLLO: LA PERSPECTIVA REGIONAL/LOCAL, IADAP, Quito, 15-17 marzo, 2000.
- DESENVOLVIMENTO micro regional e municipal: política e ação. Governo do Estado de Santa Catarina/Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Florianópolis, 1973.
- ESSER, J., HIRSCH, J. The crisis of fordism and the dimension of a "post-fordist" regional and urban structure. **International Journal of Urban and Regional Research**, v.13, n. 3, p. 417-437, 1989.
- FRIEDMANN, J. The regional policy problem. In: **Regional development policy: a case study of Venezuela**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1966, p. 5-19.
- FRIEDMANN, J., WEAVER, C. **Territory and function: the evolution of regional planning**. London: Edward Arnold, 1979.
- GALVÃO, A. C. F., BRANDÃO, C. A. Fundamentos, motivações e limitações da proposta governamental dos "Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento". In: GONÇALVES, M. F., BRANDÃO, C. A., GALVÃO, A. G. (orgs.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, 2003, p. 187-205.
- GAROFOLI, G. Economic development, organization of production and territory. **Revue d'Economie Industrielle**, n. 64, p. 22-37, 2º trimestre 1993.
- GAUDEMAR, J.-P. de. Débat: l'aménagement du territoire: nouvelles donnees? **L'Espace Géographique**, n. 4, p. 273-290, 1989.
- GEORGE, S. Comment la pensée devint unique. **Le Monde Diplomatique**, n. 509, p. 16-17, Août 1996.
- GLYN, A. et al. The rise and fall of the golden age. In: MARGLIN, S., SCHOR, J. B. (eds.). **The golden age of capitalism: reinterpreting the postwar experience**. Oxford: Clarendon Press, 1990, p. 39-125.
- GOEDERT, A. R. **Governança em rede de desenvolvimento e a experiência de Santa Catarina**. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, Tese de Doutorado (Engenharia de Produção), 2005.
- GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, v. 91, n. 3, p. 481-510, Nov. 1985.

- HADDAD, P. R. O que fazer com o planejamento regional no Brasil da próxima década? **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 1, p. 67-91, jun. 1989.
- HELFAND, S., REZENDE, G. C. Mudanças na distribuição espacial na produção de grãos, aves e suínos no Brasil: o papel do Centro-Oeste. **Texto para Discussão**, nº 611, Rio de Janeiro, IPEA, 1998.
- HUDSON, R. "The learning economy, the learning firm and the learning region": a sympathetic critique of the limits to learning. **European Urban and Regional Studies**, v. 6, n. 1, p. 59-72, 1999.
- JESSOP, B. Post-Fordism and the State. In: AMIN, A. (ed.). **Post-Fordism: a reader**. Oxford: Blackwell, 1994, p. 251-279.
- JUMA, C. Think locally, act locally. **SciDev.Net**, may 30<sup>th</sup> 2002. Obtido em www.scidev.net. Acesso em nov. 2002.
- LANDABASO, M., OUGHTON, C., MORGAN, K. The regional innovation policy in the beginning of the XII Century. VIII SEMINARIO LATINO-IBEROAMERICANO DE GESTIÓN TECNOLÓGICA – ALTEC'99, 1999, Valencia (Espanha). *Resúmenes y Ponencias...* Valencia: Universidad Politécnica de Valencia, 1999, p. 459-495..
- LEBORGNE, D., LIPIETZ, A. **Idées fausses et questions ouvertes de l'après-fordisme**. Paris: CEPREMAP, nº 9103, nov. 1990.
- LIPIETZ, A. **Le capital et son espace**. 2<sup>a</sup> ed. Paris: La Découverte, 1983.
- LIPIETZ, A. **Aménagement du territoire et développement endogène**. Paris, Conseil d'Analyse Economique nº 31, 2001 (Rapport au Conseil d'Analyse Economique).
- LIPIETZ, A. Du développement local au développement durable. **Territoires**, nº 431, Oct. 2002.
- LUNDVALL, B., BORRÁS, S. **The globalising learning economy: implications for innovation policy**. Brussels: European Commission, Directorate General XII – Science, Research & Development, 1997.
- LUNG, Y. Innovation et proximité: le territoire, lieu de déploiement des processus d'apprentissage. LE NOUVELLES APPROCHES INSTITUTIONNELLES – ATELIER D'ETUDE DU GRAND PROGRAMME PRIVÉ-PUBLIC DE L'ORSTOM, CNRS-ORSTOM, 1998, p. 15-16.
- MARCON, M. T. de R., MARQUES, V. M. As Associações de Municípios e o planejamento regional em Santa Catarina. In: SIEBERT, C. (org.). **Desenvolvimento regional em Santa Catarina: reflexões, tendências e perspectivas**. Blumenau: Edifurb, 2001, p. 189-211.
- MASSEY, D. **Spatial divisions of labour: social structures and the geography of production**. London: Macmillan, 1984.
- MATTEI, L., LINS, H. N. A socioeconomia catarinense no limiar do século XX. In: PEREIRA, L. B., CÁRIO, S. A. F., KOEHLER, M. (orgs.). **Padrão produtivo e dinâmica competitiva: estudo sobre setores selecionados em Santa Catarina**. Florianópolis: Imprensa Universitária da UFSC, 2001, p. 29-47.
- MOULAERT, F., SWYNGEDOUW, E., WILSON, P. Spatial responses to fordist and post-fordist accumulation and regulation. **Papers of the Regional Science Association**, v. 64, p. 11-23, 1988.
- NADVI, K., SCHMITZ, H. Industrial clusters in less developed countries: review of experiences and research agenda. **Discussion Paper**, nº 339, Brighton, University of Sussex, IDS, Jan. 1994.
- PECQUEUR, B., SILVA, M. R. Industrialisation diffuse et développement. **Estudos de Economia**, Lisboa, v. 9, n. 4, p. 427-448, Jul.-Set. 1989.
- PERROUX, F. **A economia do século XX**. Lisboa: Morais Editora, 1967.

- PIORE, M., SABEL, C. F. **The second industrial divide: possibilities for prosperity**. New York: Basic Books, 1984.
- RABELLOTTI, R. Is there an “Industrial District Model”? Footwear districts in Italy and Mexico compared. **World Development**, v. 23, n. 1, p. 29-41, 1995.
- RAMONET, I. Régimes globalitaires. **Le Monde Diplomatique**, n. 514, p. 1, Jan. 1997.
- REMOND, B. Montée des pouvoirs locaux en Europe. **Le Monde Diplomatique**, n. 565, p. 27, Avr. 2001.
- REQUIER-DESJARDINS, D. Multifonctionnalité, territoire et secteur agroalimentaire: une approche par les “systèmes agroalimentaires localisés”. **Cahiers du C3ED**, Université de Versailles, n° 02-01, Juin 2002.
- SANTA CATARINA e a Zona Oeste. Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul/Divisão de Estudos Econômicos, Porto Alegre, 1968.
- SANTA CATARINA. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. **Política de desenvolvimento regional e urbano para Santa Catarina**. Florianópolis, 1981.
- SANTA CATARINA. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. *Atlas de Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986.
- SANTOS FILHO, J. I. dos et al. O *cluster* suinícola do Oeste de Santa Catarina. In: HADDAD, P. R. (org.). **A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil: estudos de clusters**. Brasília: CNPq/EMBRAPA, 1999, p. 125-180.
- SCHMITZ, H. Collective efficiency: growth path for small-scale industry. **The Journal of Development Studies**, v. 31, n. 4, p. 529-566, Apr. 1995.
- SCHMITZ, H., MUSYCK, B. Industrial districts in Europe: policy lessons for developing countries? **World Development**, v. 22, n. 6, p. 889-910, 1994.
- SCOTT, A. J. Flexible production systems and regional development: the rise of new industrial spaces in North America and Western Europe. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 12, n. 2, p. 171-186, 1988.
- SCOTT, A. J., STORPER, M. Industrial change and territorial organization: a summing up. In: -- (ed.). **Production, work, territory: the geographical anatomy of industrial capitalism**. Winchester: Allen & Unwin, 1986, p. 301-311.
- SIEBERT, C. Panorama do planejamento regional em Santa Catarina: da centralização à construção da solidariedade regional. In: ---- (org.). **Desenvolvimento regional em Santa Catarina: reflexões, tendências e perspectivas**. Blumenau: Edifurb, 2001, p. 139-166.
- TERMO DE CONVÊNIO que entre si celebram a União, pelo Ministério da Integração Nacional/MI, por intermédio da Secretaria de Programas Regionais Integrados, e o SAGA Instituto de Desenvolvimento Regional, para o fim que especifica. Brasília, Ministério da Integração Nacional/Secretaria de Programas Regionais Integrados, 2001. (Processo N° 59000.005371/2001-10).
- TESTA, V. M. et al. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense (proposta para discussão)**. Florianópolis: EPAGRI, 1996.
- THEIS, I. M., NODARI, T. M. dos S. A agroindústria de aves e o desenvolvimento regional no Meio Oeste de Santa Catarina. **Cadernos de Economia**, v. 4, n. 7, p. 7-28, jul.-dez. 2000.
- VANTAGENS locacionais e oportunidades industriais. Governo do Estado de Santa Catarina, 1974.
- VÁZQUEZ BARQUERO, A. Desenvolvimento local: novas dinâmicas na acumulação e regulação do capital. **Ensaio FEE**, v. 16, n. 1, p. 221-241, 1995.
- VÁZQUEZ BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística; Editora da UFRGS, 2001.